

Fazendo a diferença:



# prevenindo e lidando com o abuso infantil

O abuso infantil é um problema global. Em 2010, mais de 3,3 milhões de relatos de abuso infantil foram registrados nos EUA envolvendo cerca de seis milhões de crianças.<sup>1</sup> Estima-se que 27 crianças com idade inferior a 15 anos morrem de abuso físico ou negligência nos EUA a cada semana!<sup>2</sup> As estatísticas reais de abuso infantil em nível global são difíceis de serem determinadas devido à variação dos procedimentos dos relatórios, às leis relativas ao abuso infantil e às normas culturais ou sociais. No entanto, a Organização Mundial de Saúde estima que 40 milhões de crianças com idade inferior a 15 anos são abusadas a cada ano.<sup>3</sup>

## Reconhecendo as formas de abuso infantil

O abuso infantil é geralmente cometido por uma pessoa em posição de confiança ou autoridade: um pai, um membro da família, um guardião, professor ou cuidador. Menos de 10% dos incidentes nos EUA envolve estranhos. O abuso infantil ocorre em todos os níveis socioeconômicos, em todas as linhas étnicas e culturais, dentro de todas as religiões e em todos os níveis de educação e raramente é acidental.<sup>4</sup> Normalmente, o abuso se encaixa nas seguintes categorias:<sup>5</sup>

- Negligência/maus-tratos - falha ao prover condições adequadas para o bem-estar da criança, necessidades nutricionais, abrigo, vestuário, cuidados médicos, supervisão adequada ou oportunidades educacionais.
- Abuso físico - castigo corporal ou

lesão física infligida devido aos atos voluntários de outra pessoa.

- Abuso sexual - envolver uma criança em atividades sexuais que ela não pode compreender e que violam normas sociais, leis e padrões morais.
- Maus-tratos psicológicos - comportamentos que transmitem a ideia de que a criança é inútil, falha, mal-amada, não desejada ou com valor apenas quando satisfaz as necessidades de outra pessoa.

O Departamento de Saúde e Serviços Humanos dos EUA fornece uma ficha de informações bem útil que pode ajudar os adultos a reconhecer os principais indicadores de abuso infantil:<sup>6</sup>

- Na criança: mudanças bruscas no comportamento ou no desempenho escolar, problemas de aprendizagem ou dificuldade de concentração, ansiedade

P O R   A R T H U R   F .   B L I N C I

causada pelo sentimento de que algo ruim vai acontecer; falta de supervisão de um adulto; criança excessivamente complacente e passiva; isolamento, chegar na escola cedo, ficar até mais tarde e não querer ir para casa.

- Nos pais ou responsáveis: falta de preocupação com a criança, falha em procurar ajuda para problemas físicos ou médicos trazidos ao conhecimento do pai ou do guardião, negar ou culpar a criança por problemas na escola ou em casa, pedir aos professores para usar a disciplina física severa se a criança se comportar mal; ver a criança como um mal, sem valor, ou onerosa; ou exigir um nível de desempenho que a criança não pode alcançar.

- No pai e no filho: raramente se tocam ou olham um para o outro, veem seu relacionamento negativamente ou um estado de desagrado de um para com o outro.

### **Abuso sexual infantil**

Embora o abuso de qualquer forma possa afetar gravemente a vida e o bem-estar da criança, o abuso sexual é, talvez, o mais devastador.

- De todos os casos de abuso sexual nos EUA em 2010, o abuso sexual infantil foi responsável por 9,2% dos relatos.

- Uma em cada quatro meninas e um em cada seis meninos com idade inferior a 17 anos são abusados sexualmente por um adulto.

- A idade de maior incidência do abuso é entre 7 e 13 anos.

- Em mais de 90% dos casos, a vítima, de alguma forma, conhecia o agente,<sup>7</sup> mas menos de 10% relataram o abuso.

- Apenas 3% dos infratores são apreendidos.

- Em mais da metade dos casos, os adultos sabiam do crime e não relataram o caso às autoridades competentes.<sup>8</sup>

- As meninas são mais propensas a serem abusadas por membros da família, e os meninos, por amigos da família.

### **Escolas adventistas e o abuso infantil**

A Igreja Adventista do Sétimo Dia opera o segundo maior sistema escolar

**“Toda criança, menino ou menina, deve receber a afirmação de que é um presente de Deus. A Bíblia condena o abuso sexual infantil nos termos mais fortes possíveis. Ela vê qualquer tentativa de confundir, manchar ou denegrir os limites pessoais, de geração ou de gênero por meio de comportamento sexual abusivo como um ato de traição e uma violação grosseira da personalidade.”**

cristão do mundo, com mais de 7.800 escolas e faculdades em mais de cem países. Os adventistas têm orgulho de sua herança em proporcionar educação cristocêntrica e muitos funcionários denominacionais se formaram em escolas adventistas. Em virtude disso, é fácil vivermos em um mundo de negação.

Os educadores adventistas devem estar alerta para a possibilidade de nossos alunos serem alvo de abuso. Temos de tomar medidas proativas para proteger as crianças de situações abusivas e relatar casos suspeitos de abuso em conformidade com as leis locais. Este é um desafio difícil, mas vem do próprio Jesus: “Qualquer, porém, que fizer tropeçar a um destes pequeninos que creem em mim, melhor lhe fora que se lhe pendurasse ao pescoço uma grande pedra de moinho, e fosse afogado na profundidade do mar” (Mateus 18: 6; ARA).<sup>9</sup>

“Toda criança, menino ou menina, deve receber a afirmação de que é um presente de Deus. A Bíblia condena o abuso sexual infantil nos termos mais fortes possíveis. Ela vê qualquer tentativa de confundir, manchar ou denegrir os limites pessoais, de geração ou de gênero por meio de comportamento sexual abusivo como um ato de traição e uma violação grosseira da personalidade.”

Em 1997, a Igreja Adventista do Sétimo Dia emitiu a seguinte declaração

de posicionamento em relação ao abuso sexual infantil:

“O abuso sexual infantil ocorre quando uma pessoa mais velha ou mais forte do que a criança usa seu poder, autoridade ou posição de confiança para envolver a criança em um comportamento ou atividade sexual... Os que praticam abuso sexual podem ser homens ou mulheres de qualquer idade, nacionalidade, ou origem socioeconômica. Eles, muitas vezes, são homens casados e com filhos, têm empregos respeitáveis e podem ser frequentadores regulares de igreja. É comum os infratores negarem fortemente seu comportamento abusivo, recusarem ver suas ações como um problema, racionalizar seu comportamento ou colocar a culpa em alguma coisa ou alguém. Embora seja verdade que muitos abusadores apresentem inseguranças profundamente enraizadas e baixa autoestima, esses problemas nunca deveriam ser aceitos como desculpa para o abuso sexual de uma criança. A maioria das autoridades concorda que a verdadeira questão do abuso sexual infantil está mais relacionada com o desejo de poder e controle do que com o sexo.

“Toda criança, menino ou menina,

deve receber a afirmação de que é um presente de Deus. A Bíblia condena o abuso sexual infantil nos termos mais fortes possíveis. Ela vê qualquer tentativa de confundir, manchar ou denegrir os limites pessoais, de geração ou de gênero por meio de comportamento sexual abusivo como um ato de traição e uma violação grosseira da personalidade. Ela condena abertamente abusos de poder, autoridade e de responsabilidade porque isso atinge diretamente os sentimentos mais profundos das vítimas acerca delas mesmas, dos outros e de Deus e destrói sua capacidade de amar e confiar.”<sup>10</sup>

As crianças normalmente tomam a decisão de aceitar a Cristo como seu Salvador e ser batizadas entre os 9 e 12 anos e elas são, muitas vezes, levadas a dar esse passo por meio de professores, pastores e outros adultos que as orientam na essência da fé e da vida cristã. Será de estranhar, então, que a infância seja muitas vezes o momento em que meninos e meninas se tornem vítimas de abuso sexual por pessoas em que possam ter confiado e que eventualmente tenham caído vítimas de uma conspiração satânica para separá-las da igreja? Ellen White adverte: “Nunca será demais acentuar a importância da educação ministrada à criança em seus primeiros anos. As lições que a criança aprende durante os primeiros sete anos de vida têm mais que ver com a formação do seu caráter que tudo que ela aprenda em anos posteriores.”<sup>11</sup>

### Protegendo o campus adventista

A administração de um grande sistema de educação desde a pré-escola até o nível universitário representa enormes desafios na área da prevenção, tratamento do abuso infantil e das queixas relacionadas ao tema. Cada administrador de escola adventista, portanto, deve elaborar um plano de prevenção ao abuso infantil. O primeiro passo é identificar as áreas potenciais onde o abuso possa ocorrer no *campus*. Uma avaliação pró-ativa e um planejamento para evitar o abuso infantil requer que a administração da escola crie políticas que tomem as seguintes iniciativas:

- garantir uma supervisão apro-

priada e adequada em todo o tempo;

- prevenir situações em que um aluno fique sozinho com um professor ou outros funcionários da escola a fim de diminuir a probabilidade de contato inadequado;

- deixar claro que piadas, comentários e conduta pessoal inadequados com os alunos não serão permitidos ou tolerados;

- instruir os funcionários da escola a evitar cuidadosamente as formas impróprias de toque quando estiverem interagindo com os alunos;

- ter painéis de vidro instalados em todas as áreas das salas de aula, mantendo-os descobertos em todos os momentos;

- minimizar as interações do tipo um a um fora da sala de aula, entre alunos e funcionários da escola;

- monitorar e controlar o uso da mídia social na comunicação entre funcionários e alunos;

- não permitir que alunos sejam transportados sozinhos no veículo de um funcionário ou de um voluntário;

- fornecer supervisão adequada em viagens patrocinadas pela escola para fora do *campus*;

- manter uma iluminação adequada por todo o *campus*;

- realizar verificações de antecedentes sobre todos os funcionários e voluntários.

O Departamento de Saúde e Serviços Humanos dos EUA publicou um guia muito útil: “Prevenindo o abuso sexual infantil nas organizações que servem à juventude” (*Preventing Child Sexual Abuse Within Youth-Serving Organizations*), que inclui uma ferramenta de planejamento para a prevenção de abuso sexual infantil.<sup>12</sup> Esse documento fornece um processo detalhado de avaliação de risco que você pode implementar em sua escola. Depois de concluir a avaliação, você estará melhor equipado para começar a desenvolver as estratégias apropriadas de diminuição de riscos, de políticas, códigos de conduta, treinamento e proteção para garantir um ambiente seguro no *campus*.

### E os riscos do ensino superior?

O escândalo do abuso infantil, em 2011, que abalou o *campus* da Universidade Estadual da Pensilvânia nos EUA deve servir como um aviso de que todas as escolas, independentemente do tamanho ou nível de ensino, estão vulneráveis ao abuso infantil e seus consequentes desgastes legais. Muitas vezes, os administradores de instituições de ensino superior parecem não perceber o perigo que o abuso infantil pode oferecer a suas instituições. O relatório especial de 267 páginas sobre o caso na Universidade da Pensilvânia ressalta: “A descoberta mais triste do Conselho Especial de Investigação foi o absoluto desrespeito dos principais líderes da universidade acerca da segurança e bem-estar das... crianças vítimas... Quatro das pessoas mais influentes da [universidade]... falharam em proteger as crianças ameaçadas por abusadores sexuais infantis por mais de uma década.... Eles exibiram uma notável falta de empatia para [com]... as vítimas ao deixar de perguntar sobre sua segurança e bem-estar.”<sup>13</sup>

Será que esse mesmo tipo de situação poderia acontecer em uma faculdade ou universidade adventista?

Os *campi* de ensino superior estão repletos de inúmeras interações entre menores e adultos. O relatório *Gerenciando os riscos de menores no campus* (*Managing the Risks of Minors on Campus*) de 2012, publicado por Arthur J. Gallagher & Company, identificou inúmeras atividades que envolvem crianças no *campus* além das exposições mais comuns em áreas acadêmicas, como educação, desenvolvimento infantil, trabalho social, psicologia e enfermagem. O relatório incentiva todas as faculdades e universidades a avaliar cuidadosamente seus pontos de interação com os alunos: “Muitas instituições que analisam seus programas de serviço à juventude encontram mais programas de risco do que o esperado... Uma universidade considerou que tivesse dois programas envolvendo menores. Quando uma avaliação de risco integral foi feita, ela descobriu que, na verdade, tinha 166.”<sup>14</sup>

A seguir apresentamos apenas algumas situações em que as crianças pode-

riam estar correndo risco de abuso e em que os adultos poderiam ser ameaçados por falsas alegações: viajar em ônibus escolares ou em veículos particulares, no momento da aula, no momento do trabalho, nos dias de visita à escola, nos acampamentos, nos dias de visita aos eventos atléticos ou culturais, nas viagens missionárias, em momentos de pesquisas, nos alojamentos de excursões escolares, nos programas que envolvem a comunidade, nos programas educativos de verão ou em programas de um dia no campus e nas creches para alunos ou filhos de funcionários, apenas para mencionar algumas situações. A escola tem a responsabilidade de prevenir o abuso infantil e jovem por parte de outros alunos, bem como por funcionários ou voluntários e estranhos no *campus*.

### Contando os custos

O custo anual estimado de abuso infantil e negligência nos EUA, em 2008, foi de 124 bilhões de dólares para defesa e indenizações legais.<sup>15</sup> O impacto foi sentido nas comunidades religiosas. De 1950 a meados dos anos 2000, instituições católicas disseram haver pago mais de 2 bilhões de dólares, e o prejuízo financeiro resultante foi a causa da falência de seis dioceses nos EUA.<sup>16</sup>

A comunidade adventista não está imune aos custos relacionados com o abuso. O Gerenciamento Adventista de Riscos (*Adventist Risk Management-ARM*) administra as reclamações às organizações denominacionais na América do Norte. Nas últimas duas décadas (1992-2011), mais de 400 reclamações foram feitas nos EUA envolvendo mais de 525 vítimas infantis. O custo para a igreja, somente nos EUA, excedeu 30 milhões de dólares. A ARM rotineiramente lida com 15 a 20 demandas apresentadas nos EUA a cada ano.<sup>17</sup>

O número de vítimas e os dólares gastos representam apenas os dados “numéricos”. O verdadeiro custo do abuso infantil e seu impacto sobre os indivíduos envolvidos, bem como a igreja e suas instituições, incluindo escolas, vai muito além dos custos finan-

ceiros. Para as vítimas, há a perda da inocência, dor emocional e/ou danos físicos que permanecem pela vida toda. Para a escola, alegações de abuso infantil criam um sentimento na comunidade de que a organização falhou em proteger crianças vulneráveis, o que pode resultar em uma perda de respeito, bem como queda nas matrículas. Por isso, a igreja e a administração da escola precisam abordar as seguintes áreas:

- danos causados à vida das pessoas afetadas pelo abuso, vítimas e seus familiares, bem como os referidos autores e seus familiares;
- o efeito sobre a reputação pessoal das pessoas afetadas;
- riscos e consequências relacionadas com alegações falsas;
- perda de confiança nos administradores escolares e na liderança da administração escolar para lidar com incidentes;
- perda de potencial de matrícula (tanto de alunos veteranos como de futuros alunos);
- perda potencial de apoio financeiro dos ex-alunos, bem como de outros doadores;
- impacto negativo e demorado sobre a missão da escola em fornecer educação cristã para a comunidade religiosa;
- ajuda às vítimas e suas famílias para comunicar um compromisso sincero e para ajudar a restaurar seu bem-estar espiritual e emocional.

### Colocando a integridade em primeiro lugar

Toda escola tem a responsabilidade de proteger seus funcionários, voluntários e alunos das acusações de abuso. Uma vez que tais alegações possam ser reais ou falsas, todos os incidentes reportados devem ser minuciosamente investigados. Os acusados não devem ser autorizados a voltar ao *campus* até que a investigação seja concluída. Os incidentes devem ser prontamente comunicados às autoridades competentes: o Departamento de Educação da Associação e a operadora de seguros da escola. Assessoria jurídica com experiência no trato de casos de abuso infantil pode constituir uma ajuda va-

liosa para a interpretação da lei, bem como orientação sobre a investigação interna da escola. Lembre-se: a vida pessoal, a reputação profissional do acusado e o futuro da vítima estão em jogo.

Quando há alegação de abuso infantil, isso levanta preocupações imediatas sobre como a escola deve lidar com a situação. As pessoas têm a tendência de imaginar que, se elas simplesmente ignorarem a situação, ela vai desaparecer ou ser ajustada por outro alguém. No entanto, as alegações relativas ao abuso infantil são muito graves e devem ser tratadas imediatamente e de forma adequada, de acordo com as leis locais sobre os casos de abuso infantil. Ignorância acerca do que fazer não é uma desculpa.

Em 18 dos estados norte-americanos, cada adulto é considerado um relator para apontar casos de suspeita de incidentes de abuso infantil. A maioria das jurisdições fornece alguma forma de isenção de responsabilidade para as pessoas que, de boa-fé, reportam possíveis casos de negligência ou abuso infantil. A imunidade é aplicável quando o relatório não é elaborado de forma maliciosa ou sem motivos razoáveis.<sup>18</sup> Uma análise das leis locais sobre o abuso infantil e treinamentos sobre como professores e administradores escolares devem reagir deveriam ser incluídos em seminários internos obrigatórios a cada ano escolar para todos os funcionários e voluntários. As escolas deveriam convidar representantes de agências locais de cumprimento da lei para participar nesse treinamento.

Toda escola tem a responsabilidade de proteger seus funcionários, voluntários e alunos das acusações de abuso. Uma vez que tais alegações possam ser reais ou falsas, todos os incidentes reportados devem ser minuciosamente investigados.

Na maioria das jurisdições, educadores e clérigos são considerados encarregados oficiais por reportar casos suspeitos de abuso infantil. Não denunciar pode resultar em ações criminosas contra o professor ou pastor. O Monsenhor William Lynn, secretário do clero na Arquidiocese da Filadélfia, recomen-

dando atribuições para padres e investindo queixas de abuso, foi acusado em junho de 2012 de descuido infantil e condenado a de três a seis anos de prisão. “Eu acho que isso vai servir como um sinal muito forte para todos os bispos e para todos os que trabalharam para um bispo de que, se eles não fizerem a coisa certa, podem ir para a cadeia”, disse o reverendo Thomas Reese, no Centro Teológico de Woodstock, na Universidade de Georgetown.<sup>19</sup>

Por uma variedade de razões, o abuso infantil, muitas vezes, não é relatado. A criança abusada pode se sentir ameaçada achando que a divulgação vai causar mais dano físico, seja para si ou para outra pessoa. A criança pode sentir medo do que os outros vão pensar se o abuso for revelado, ou se sentir envergonhada ou culpada. Muitas crianças preferem continuar na situação de abuso a passar pelo trauma de relatá-lo, o que poderia resultar na perda da segurança do lar e do amor dos pais. “Por essa razão [sentindo-se amedrontada], a maioria das crianças abusadas decide não contar a ninguém. Aqueles que relatam uma experiência de abuso estão exibindo coragem apesar de seus medos e sentimentos.”<sup>20</sup>

Mas, e a possibilidade de falsas alegações? Elas ocorrem e podem ter um impacto devastador sobre a vida de todos os envolvidos. No entanto, não é de responsabilidade do administrador determinar se uma criança está mentindo ou floreado os fatos. Em vez disso, ele tem o dever legal de informar suspeitas de abuso às autoridades e deixar que as agências de proteção à criança determinem a veracidade das alegações.

Quando uma criança tem coragem de confidenciar sua história a um adulto de confiança, isso se torna um ponto crítico na vida dela, um sinal de que ela está buscando ajuda. Abaixo estão listados elementos fundamentais para a proteção das crianças e para a elaboração de uma resposta respeitosa:<sup>21</sup>

1. Se você suspeita que a criança está em perigo, chame a polícia imediatamente.

2. Mantenha o controle de suas emoções. Conforte a criança e ofereça garantias de que tudo o que aconteceu

não foi culpa dela.

3. Mantenha-se calmo e ouça com atenção; tome notas, se possível.

4. Acredite na criança; expressar descrença pode limitar a íntegra do relato.

5. Não interrogue a criança; colha os fatos essenciais e, em seguida, notifique os pais ou o responsável, se for o caso.

6. Mostre apoio e encorajamento afirmando que a criança está fazendo a coisa certa.

7. Não prometa manter a informação em segredo. Diga à criança o que acontecerá em seguida; assegure-a de que você está lá para prestar apoio.

8. Imediatamente apresente um relatório oficial com a aplicação da lei ou de um serviço de proteção da criança, de acordo com relatórios legais em sua jurisdição. Grave o nome da pessoa com a qual falou, bem como a data e hora do relatório. Mantenha uma cópia do relatório em arquivo.

9. Coopere com a investigação.

Muitas vezes, os educadores e pastores temem que a mera alegação de abuso infantil vá destruir a escola ou a igreja. Isso nunca é verdade. Com milhares de páginas escritas acerca da história de abuso infantil na Universidade de Pensilvânia, uma lição é clara: “Proteger a instituição deve sempre vir em segundo lugar em relação a fazer o que é certo. Em última análise, é isso que protegerá a organização.”<sup>22</sup>

### O uso de castigos físicos

O uso de castigo físico pode criar um alto risco de encargo para os educadores nas escolas adventistas. Pelo menos 106 países não proíbem o uso de castigos físicos nas escolas.<sup>23</sup> Nos EUA, em 20 estados ainda é permitida alguma forma de punição física. Punição física é definida nos termos das leis de direitos humanos como “qualquer punição em que a força física seja usada com a intenção de causar algum grau de dor ou desconforto”. Não existe uma definição completa sobre isso na lei federal dos EUA.<sup>24</sup> A punição física em escolas foi proibida no Canadá, na maior parte da Europa, Japão, África do Sul e Nova Zelândia.<sup>25</sup>

Os educadores podem ser responsabilizados criminalmente por seus atos se uma força física excessiva for usada para disciplinar os alunos. Os administradores da escola deveriam garantir a legalidade acerca do uso de castigos físicos em seu país ou comunidade local. O Gerenciamento Adventista de Risco (*Adventist Risk Management*) apoia a proibição do uso de castigos físicos em instituições da Igreja e considera que devam ser utilizados outros meios, não físicos, de disciplina aos alunos. Isso irá minimizar qualquer culpa potencial contra o funcionário da escola, ou voluntário, e protegerá as crianças de lesões e traumas emocionais.

### Criando uma cultura consciente acerca do abuso infantil

Criar um *campus* seguro, livre de abuso exige trabalho em equipe e esforço proativo. Os administradores da escola devem estar dispostos a desenvolver uma política de “tolerância zero” quando se trata de abuso infantil. Essa política deve ser escrita e claramente comunicada a todos os professores, voluntários, alunos e pais, bem como aos administradores da escola. Esta mensagem deve ser divulgada plenamente: “Nós colocamos a segurança dos nossos alunos em primeiro lugar!”

Uma das tendências emergentes de abuso infantil é o abuso físico e sexual existente entre alunos. Incidentes de abuso infantil entre as próprias crianças podem ocorrer quando crianças e adolescentes são deixados sem supervisão durante as atividades escolares ou religiosas. Esses tipos de incidentes muitas vezes começam com *bullying*, evoluem para xingamentos e depois para formas mais graves de abuso físico ou sexual, incluindo *cyberbullying* e estupro.<sup>26</sup> O Gerenciamento Adventista de Risco (*Adventist Risk Management*) recebeu seis reclamações de escolas e igrejas nos EUA em 2010, alegando incidentes de abuso sexual entre crianças. Esse tipo de incidente pode resultar em ações de responsabilidade legal por negligência de supervisão a serem apresentadas contra as escolas adventistas.

Um dos elementos-chave de uma política de proteção à criança é um código de conduta para adultos e alunos.

Abusadores de crianças, especialmente criminosos sexuais, usam de estratégias específicas na identificação das crianças de que irão abusar. Primeiro, eles ganham a confiança da criança por meio de um processo de preparação que pode levar meses ou mesmo anos, muitas vezes, até mesmo fazendo amizade com a família da criança. Eles lentamente violam os limites fazendo a criança se sentir confortável por meio de brincadeiras. Corey Jewel Jensen, co-diretora do Centro de Intervenção Comportamental em Beaverton, Oregon, diz: “Além dos truques que eles usam com crianças, eles também sabem como manter os adultos longe de descobrir seus crimes ou denunciá-los à polícia. Eles apresentam uma imagem de ‘moralidade e respeito’ fazendo as pessoas pensarem ‘que eles não são daquele tipo de pessoa que faria algo assim’ e agem de forma ‘atençiosa e educada.’”<sup>27</sup>

Um código de conduta bem desenvolvido deve, de forma sucinta e clara, articular limites e comportamentos, bem como comportamentos adequados e inadequados. Definições claras garantem que todos saibam as regras e as consequências para os que agem fora dos limites.<sup>28</sup> Um código de conduta claro, aplicado com rigor, protege as crianças de abuso e os adultos de falsas alegações.

### Verificação de antecedentes

A maioria das jurisdições nos EUA exige que sejam colhidas as impressões digitais dos professores e funcionários da escola e que eles passem por uma verificação de antecedentes criminais antes que sejam emitidas as credenciais. Os administradores da escola devem se certificar de que todos os arquivos pessoais dos funcionários estejam atualizados e em conformidade com as políticas de sua associação, estado ou município. Os voluntários da escola também devem ser examinados. A asso-

ciação pode usar um provedor de serviço específico ou uma agência de aplicação da lei para realizar verificações de antecedentes criminais dos voluntários. As escolas devem seguir os procedimentos adequados a fim de resguardar a privacidade dos funcionários e voluntários e cumprir as leis divulgadas, que podem variar entre as jurisdições.

Escolas fora da América do Norte devem consultar seu advogado ou agência de aplicação da lei local para cumprir os requisitos dos exames de antecedentes em sua jurisdição.

### Protegendo o vulnerável

A sessão de 2010 da Associação Geral adicionou um texto novo e significativo sobre proteção à criança no *Manual da Igreja Adventista do Sétimo Dia*. Essa proteção inclui exigências de análise do voluntário, verificação de antecedentes criminais, aplicação da regra de “dois adultos para cada criança” e um período de seis meses de espera antes que os adultos sejam colocados em posições de liderança que envolvam crianças.<sup>29</sup> Em 2011, a Divisão Norte-Americana adotou a Política de Trabalho FB 20, que exige que todas as associações e instituições forneçam treinamento de prevenção ao abuso infantil e realizem verificações de antecedentes criminais em todos os voluntários que trabalham com crianças.<sup>30</sup> As escolas em outras partes do mundo deveriam considerar a implementação de políticas semelhantes.

A fim de proporcionar recursos para cumprir essas novas obrigações políticas, a Divisão Norte-Americana lançou o programa de proteção à criança Proteja o Vulnerável, no verão de 2012. Esse programa fornece recursos de dinâmicas interativas que podem ajudar a minimizar o risco de abuso infantil em igrejas e escolas. O programa está disponível para todas as associações na Divisão Norte-Americana e oferece um serviço de análise de antecedentes criminais *on-line* e treinamento de prevenção de abuso infantil para funcionários, voluntários e alunos a um preço simbólico.

Para apoiar a iniciativa de proteção

à criança da Igreja, O Gerenciamento Adventista de Risco (*Adventist Risk Management*) desenvolveu uma série de recursos *on-line* através do seu site: <http://www.adventistrisk.org>, que inclui exemplos de declarações de políticas, vídeos e apresentações em Power Point que podem ser personalizadas para uso da igreja ou escola local.

Reconhecendo que o abuso de crianças é um problema global, o Gerenciamento Adventista de Risco (*Adventist Risk Management*) desenvolveu a campanha Seven, que visa criar um movimento de base destinado a mobilizar os 17 milhões de membros da Igreja a se tornar proativos na prevenção do abuso infantil.

### Você pode fazer a diferença

Como educador adventista, você tem a responsabilidade de criar um ambiente escolar cristocêntrico onde os alunos são amados e valorizados, onde possam desenvolver um senso de autodignidade. Manter os alunos seguros dos danos do abuso infantil é um passo importante em direção a esse objetivo. ✍



**Arthur F. Blinci** é vice-presidente e diretor do escritório Risk Management para a Adventist Risk Management, Inc., em Silver Spring, Maryland, EUA.

Ele tem trabalhado com organizações profissionais e viajado por todo o mundo nos últimos 35 anos apresentando inúmeros seminários sobre liderança e gerenciamento de risco, dando treinamento sobre prevenção ao abuso infantil e escrevendo artigos sobre segurança. Blinci fez Mestrado Executivo em Administração na Blanchard School of Business-Grand Canyon University, EUA; é bacharel em Administração de Empresas pela Universidade Andrews, em Berrien Springs, Michigan, EUA; e é profissional Associado de Administração de Risco pelo Instituto de Seguros da América. Ele reside em Colton, Califórnia, EUA.

## NOTAS E REFERÊNCIAS

1. Childhelp, National Child Abuse Statistics – Child Abuse in America (n.d.): <http://www.childhelp.org/pages/statistics/>. Salvo disposição em contrário, todos os endereços da Web nas notas finais foram acessados em 25 de novembro de 2012.

2. Benjamin Radford, “U.S. Worst in Child Abuse,” *Discovery News* (24 de outubro de 2011): <http://news.discovery.com/us-worst-child-abuse-111023.html>.

3. Centro Internacional para a Prevenção de Agressões, Estatística - boletins informativos de abuso e negligência (n.d.): [http://www.internationalcap.org/abuse\\_statistics.html](http://www.internationalcap.org/abuse_statistics.html).

4. Childhelp, National Child Abuse Statistics – Child Abuse in America, *op. cit.*

5. Encyclopedia.com, “Child Abuse” (n.d.): [http://encyclopedia.com/topic/child\\_abuse.aspx](http://encyclopedia.com/topic/child_abuse.aspx).

6. Departamento de Saúde e Serviços Humanos dos EUA – portal de informação sobre o bem-estar da criança, *Recognizing Child Abuse and Neglect: Signs and Symptoms*: <http://www.childwelfare.gov/pubs/factsheets/signs.cfm>.

7. DoSomething.org, “11 Facts About Child Abuse” (n.d.): <http://www.dosomething.org/tipsandtools/11-facts-about-child-abuse>.

8. Cory J. Jensen, “Sex Offenders: Keeping Children, Schools and Churches Safe” (2011), Part 1: [http://adventistrisk.org/Portals/0/prevention/childprotection/CPP\\_Prevention.pdf](http://adventistrisk.org/Portals/0/prevention/childprotection/CPP_Prevention.pdf).

9. A referência creditada à ARA é da Bíblia Sagrada versão Almeida Revista e Atualizada.

10. Departamento de Comunicação da Conferência Geral, “Declaração sobre o Abuso Sexual”. Encontrado em *Statements, Guidelines, and Other Documents* (Hagerstown, Md.: Review and Herald Publ. Assn., 2010), p. 31-33.

1. Ellen G. White, *Orientação da criança*, p. 119: <https://egwwritings.org/>.

2. Departamento de Saúde e Serviços Humanos dos EUA - Centros para Controle e Prevenção de Doenças, *Preventing Child Sexual Abuse Within Youth: Getting Started on Policies and Procedures*:

<http://www.cdc.gov/ViolencePrevention/pdf/PreventingChildSexualAbuse-a.pdf>.

3. Freeh Sporkin & Sullivan, LLP, *Report of the Special Investigative Counsel Regarding the Actions of the Pennsylvania State University Related to the Child Abuse Committed by Gerald A. Sandusky* (12 de julho de 2012), p. 14: [http://www.thefreehreportonpsu.com/REPORT\\_FINAL\\_071212.pdf](http://www.thefreehreportonpsu.com/REPORT_FINAL_071212.pdf).

4. Arthur J. Gallagher & Co., *Managing the Risk of Minors on Campus* (2012), p. 7: [http://www.gallagherpost.com/gallagher\\_post/docs/Gallagher%20Higher%20Education%20White%20Paper%20Managing%20Risk%20related%20to%20Minors%20on%20Campus%20June%202012.pdf](http://www.gallagherpost.com/gallagher_post/docs/Gallagher%20Higher%20Education%20White%20Paper%20Managing%20Risk%20related%20to%20Minors%20on%20Campus%20June%202012.pdf).

5. Childhelp, National Child Abuse Statistics – Child Abuse in America, *op. cit.*

6. Mark Chopko and Melanie L. Herman, *Exposed: A Field Guide for Nonprofit Executives* (Leesburg, Va.: Nonprofit Risk Management Center, 2009), p. 68.

7. Elizabeth Lechleitner, “Safe Churches a Priority for Adventist Risk Management,” *Adventist News Network* (21 de fevereiro de 2012): <http://news.adventist.org/en/archive/articles/2012/02/21/safe-churches-a-priority-for-adventist-riskmanagement>.

8. Departamento de Saúde e Serviços Humanos dos EUA – portal de informação sobre o bem-estar da criança, *Immunity for Reporters of Child Abuse and Neglect* (2011): [http://www.childwelfare.gov/systemwide/laws\\_policies/statutes/immunity.cfm](http://www.childwelfare.gov/systemwide/laws_policies/statutes/immunity.cfm).

19. Jon Hurdle and Erik Eckhom, “Church Official in Philadelphia Gets Prison in Abuse Case,” *New York Times* (24 de julho de 2012): <http://www.nytimes.com/2012/07/25/us/philadelphiachurch-official-to-be-sentenced-in-abuse-case.html>.

20. Becca C. Johnson, *For Their Sake* (Martinsville, Ind.: American Camping Association, Inc., 1992), p. 77.

21. Melodie Bissell, Jane Cates and Carol Wiebe, *Plan to Protect* (Markham, Ont., Canada: Winning Kids, Inc., 2008, atualizado em 2011), Apêndice 27; Barbara Oliver and John C. Patterson, *The Season of Hope, A Risk Management Guide for Youth-Serving Nonprofits* (Washington, D.C.: Nonprofit Risk Management Center, 2002), p. 57.

22. Dwight Geddes, “The Fall of a Lion,” *Risk Management* (2 de abril de 2012): <http://rmmagazine.com/2012/04/02/the-fall-of-a-lion/>.

23. International Center for Assault Prevention, *Statistics – Abuse and Neglect Information Bulletins* (n.d.): [http://www.internationalcap.org/abuse\\_statistics.html](http://www.internationalcap.org/abuse_statistics.html).

24. M. J. Stephey, “Corporal Punishment in U.S. Schools,” *Time* (12 de agosto de 2009): <http://www.time.com/time/nation/article/0,8599,1915820,00.html>.

25. Wikipedia, “School Corporal Punishment” (n.d.): [http://en.wikipedia.org/wiki/Corporal\\_punishment\\_in\\_schools](http://en.wikipedia.org/wiki/Corporal_punishment_in_schools).

26. Para um artigo sobre *cyberbullying*, ver: <http://circle.adventist.org/files/jae/en/jae201073023705.pdf>.

27. Cory J. Jensen, *Sex Offenders: Keeping Children, Schools, and Churches Safe* (2011), Part 2: [http://adventistrisk.org/Portals/0/prevention/childprotection/CPP\\_Prevention.pdf](http://adventistrisk.org/Portals/0/prevention/childprotection/CPP_Prevention.pdf).

28. Paula Fitzgerald and Bernadette McMenamin, *Choose With Care* (South Melbourne, Victoria, Australia: ECPAT Australia, 2001), p. 67.

29. Secretariat Office, *Seventh-day Adventist Church Manual* (Silver Spring, Md.: General Conference of Seventh-Day Adventists, 2010), p. 84, 85.

30. North American Division of Seventh-day Adventists, *North American Division of the General Conference Working Policy 2011-2012* (Nampa, Idaho: Pacific Press Publ. Assn., 2011), p. FB4.